



2450 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

As Políticas de Governo e os desafios no trabalho pedagógico de professores (as) da escola pública do Rio Grande do Sul
Marlize Dressler - UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

Resumo:

Os (as) professores (as) da Rede Pública Estadual do Rio Grande do Sul produzem o trabalho pedagógico com restrições e desafios, referentes às questões salariais, como parcelamento e congelamento de salários, às de ordem estrutural e física das instituições, em virtude da redução significativa dos investimentos na área da educação. A partir da análise dos posicionamentos do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande do Sul (CPERS/Sindicato), pela Pesquisa Documental, do Jornal Sineta, do período de 2016 a 2017, aponta-se, por meio de uma análise dialética, que essas implicações decorrem das políticas do Governo Sartori, determinadas no Pacote de Medidas, e orientam-se na modernização da estrutura do Estado, alicerçada nos conceitos de eficiência e produtividade. Desse modo, entende-se que, com a problematização das políticas desse governo, revelam-se as orientações da ideologia neoliberal, retomadas conforme a agenda política de governos anteriores, principalmente os da década de 1990.

Palavras-chave: Políticas de Governo. CPERS/Sindicato. Trabalho pedagógico.

AS POLÍTICAS DE GOVERNO E OS DESAFIOS NO TRABALHO PEDAGÓGICO DE PROFESSORES (AS) DA ESCOLA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL

Resumo:

Os (as) professores (as) da Rede Pública Estadual do Rio Grande do Sul produzem o trabalho pedagógico com restrições e desafios, referentes às questões salariais, como parcelamento e congelamento de salários, às de ordem estrutural e física das instituições, em virtude da redução significativa dos investimentos na área da educação. A partir da análise dos posicionamentos do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande do Sul (CPERS/Sindicato), pela Pesquisa Documental, do Jornal Sineta, do período de 2016 a 2017, aponta-se, por meio de uma análise dialética, que essas implicações decorrem das políticas do Governo Sartori, determinadas no Pacote de Medidas, e orientam-se na modernização da estrutura do Estado, alicerçada nos conceitos de eficiência e produtividade. Desse modo, entende-se que, com a problematização das políticas desse governo, revelam-se as orientações da ideologia neoliberal, retomadas conforme a agenda política de governos anteriores, principalmente os da década de 1990.

Palavras-chave: Políticas de Governo. CPERS/Sindicato. Trabalho pedagógico.

Introdução

O último pleito eleitoral para o governo dos Estados realizou-se em 2014, e, no Rio Grande do Sul, logrou êxito a campanha “Todos pelo Rio Grande”, do então governador José Ivo Sartori (PMDB). Decorrido o primeiro semestre de seu governo, parte do quadro dos servidores públicos vinculados às áreas da educação, saúde e segurança pública permaneceram sem reajuste salarial. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande do Sul (de agora em diante CPERS/Sindicato), à época, expôs, no Jornal Sineta[1], no editorial de julho/agosto de 2015, a situação enfrentada pelos educadores no tocante à retirada dos direitos inscritos no Plano de Carreira, ao congelamento dos salários por quatro anos, à abertura de processos para privatização de estatais; o sindicato aponta críticas ao Pacote de Medidas[2]. Neste documento, o governo apresenta o plano de modernização da estrutura do Estado, orientado na “produtividade e eficiência” (abordado posteriormente), indica alteração das regras do serviço público, viabiliza o processo de privatização e ou federalização de companhias estaduais, redução, fusões e alterações de secretarias, fundações autarquias, dentre outros, por meio de Propostas de Emenda Constitucional (PECs). O slogan deste Pacote de Medidas anuncia

Um novo Estado. Um novo futuro. Medidas para enfrentar a calamidade financeira do Rio Grande do Sul. Só com um NOVO ESTADO vamos construir um NOVO FUTURO: com mais qualidade de vida, apoiado no empreendedorismo, na sustentabilidade e na justiça social. E o momento de fazer essa modernização é agora (www.novoestado.rs.gov.br grifos do autor).

As promessas de construção desta nova realidade expressam a reconfiguração do papel do Estado, e isso reitera a importância deste a partir da concepção marxiana de constituição jurídica e economicamente organizada, como comitê de gerenciamento dos negócios da burguesia (Marx, 2006). As concessões do Estado no contexto atual do capital financeiro fazem parte do processo de construção da agenda neoliberal, impulsionada no Brasil na década de 1990. Essa agenda tem sua matriz nas políticas macroeconômicas restritivas, de redução do papel do Estado, por meio das privatizações, desregulamentação do mercado financeiro e de capitais (Chesnais, 1996).

A perspectiva de modernização do Estado, de acordo com a proposta do governo Sartori, visa ao cumprimento das determinações dessa agenda neoliberal. As consequências das concessões do Estado subserviente revelam-se no âmbito da sociedade, na dinâmica de organização e funcionamento dos órgãos e das instituições sob a sua tutela jurídica e econômica. No caso da educação, professores (as) e funcionários (as) das escolas da Rede Pública Estadual enfrentam parcelamento e congelamento dos salários e dificuldades na realização do trabalho em razão da falta de investimentos na estrutura física e material das escolas.

Na publicação do Jornal Sineta, do mês de abril de 2017, constam dados relacionados às questões salariais de professores (as), e o Rio Grande do Sul desponta como um dos Estados com o valor básico aquém do salário mínimo nacional (R\$ 954,00) para jornada de 20 horas semanais. O Estado descumpra o pagamento do Piso Salarial Nacional (Lei 11.738/2008)[3], e isso se torna mais complexo diante do parcelamento dos salários, uma das medidas adotadas pelo governo no enfrentamento da “crise” do Estado.

Desde que Sartori assumiu o Estado, o salário dos servidores já foi parcelado por 14 meses consecutivos e o 13º salário, em 12 vezes. O

governo não paga os reajustes do Piso Salarial do Magistério (reposição atual chega a 82,42%) e diminui drasticamente os investimentos em educação. O Estado é um dos que menos paga aos educadores: Piso de R\$ 630,00 para 20 horas e de R\$ 1.260,00 para 40 horas. (SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL, 2017, p. 03).

A partir dessa breve exposição, anuncia-se esta análise dialética, resultado do processo de reflexão, de movimento de pensar a realidade e de apreensão dos fenômenos que a determinam. As políticas do Governo Sartori, contextualizadas e interpretadas à luz da análise dialética, explicitam a totalidade dos fenômenos que determinam as razões, as circunstâncias, os interesses em jogo, os consensos, as concessões circunscritas no Estado capitalista. Nesse sentido, compreende-se que as políticas de governo expressam e materializam, por meio do Estado, os interesses das classes dominantes. Portanto, “Assim como o Estado é o Estado da classe dominante, *as ideias da classe dominante são as ideias dominantes em cada época*” (MARX; ENGELS, 1998, XXXII, grifos do autor).

Pensado sob esta argumentação, esta análise dialética apresenta as implicações do Pacote de Medidas do Governo Sartori no âmbito da educação da Rede Pública Estadual e as analisa a partir dos posicionamentos do CPERS/Sindicato veiculadas nos seus canais de publicação on-line e impresso do Jornal Sineta. A Pesquisa Documental (SEVERINO, 2007), no decorrer da leitura e de seleção de matérias desse Jornal, centrou-se em textos e editoriais publicados no decorrer de 2016 a 2017. Essa análise aborda a categoria trabalho pedagógico (Ferreira, 2017), estabelecendo relação entre este e as medidas do Governo Sartori, apontando o processo de precarização existente no âmbito da escola pública dessa Rede.

O vínculo na Rede Pública Estadual na coordenação pedagógica em escola de Ensino Médio, a filiação ao CPERS/Sindicato e a participação em ações deste, nas mobilizações e greves desde 1991 ao presente, a convivência com percalços de diferentes políticas de governo, em grande medida, transitórias e paliativas, a inserção em Projeto de pesquisa na Universidade, tudo isso provocou a construção desta análise. Portanto, pensada na perspectiva de uma análise dialética, esta escrita representa uma etapa do processo de interlocução entre estudo, reflexão, produção e acompanhamento do trabalho pedagógico de professores em escola pública.

As políticas do Governo Sartori e as implicações do Pacote de Medidas na educação pública

Estudos realizados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a partir da Pesquisa Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apontam dados sobre a situação da Educação Básica no Brasil. E, de acordo com a análise dos dados do Censo Escolar^[4], a pesquisa realizada no decorrer de 2009 a 2014 comprova a redução nos investimentos em educação e a existência de percentuais diferenciados entre os Estados.

O comportamento do gasto público estadual com educação é bastante heterogêneo no período. Enquanto, os estados de AL, GO, MG, PA e RN apresentaram um aumento acima de 25% em termos reais, no gasto orçamentário na função educação, os estados do AP, PA, ES, RJ, RS e SP apresentaram um decréscimo no orçamento destinado à educação [...] (SALVADOR, 2017, p. 91).

Constata-se que o Rio Grande do Sul, em relação aos demais entes da Federação, apresenta índices inferiores de investimento em educação, os quais se reduziram mais em razão da adoção de medidas orientadas na perspectiva de modernização da estrutura do Estado. Alicerçada na “produtividade” e “eficiência”, esta modernização aponta a necessidade de redução de despesas frente ao déficit financeiro do Estado. No Pacote de Medidas, constam aspectos do contexto externo que justificam as intencionalidades do Governo, como: “Mudanças sociais, econômicas e tecnológicas cada vez mais rápidas” e “O setor público estadual precisa aderir e incorporar novas ferramentas de gestão, visando atingir níveis mais altos de produtividade e eficiência” (www.novoestado.rs.gov.br). O Estado produtivo e eficiente reafirma os pressupostos do neoliberalismo e reacende o debate em defesa das demandas do mercado financeiro, determinantes à modernização da estrutura do Estado.

No Brasil, o neoliberalismo dos anos 90, resguardando as características gerais desse modelo de desenvolvimento, consubstanciado na intervenção seletiva do Estado na economia e na redução das conquistas sociais da classe trabalhadora, vem implementando políticas que procuram efetivar a associação dependente do Brasil ao sistema capitalista mundial, nesta nova divisão internacional do trabalho, caracterizada pelo aprofundamento da divisão entre países produtores de ciência e tecnologia e países importadores da ciência e da tecnologia. Políticas que favorecem a adaptação da ciência e das novas tecnologias, transferidas dos países líderes do sistema (NEVES, 1997, p. 30).

Decorridas mais de duas décadas, os preceitos neoliberais de governos anteriores, com destaque ao de Fernando Henrique Cardoso - FHC (1995-1998/ 1998-2002), retomam espaço na agenda das políticas de Governo em âmbito federal, com forte impacto após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff (2016). No conjunto das alterações de artigos constitucionais por meio de Propostas de Emenda (PEC), Medida Provisória (MP) e Projeto de Lei (PL), Governo Federal, Câmara dos Deputados e Senado Federal aprovaram a Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415, de 16/02/2017), alterações nas Leis Trabalhistas – CLT (Lei 13.467, de 13/07/2017) e, ainda, tramitam pela Reforma da Previdência (PEC 287/2016). Essas reformas inserem-se no contexto da Proposta de Emenda Constitucional 241 (PEC 241, promulgada em 15/12/2016)^[5] trata do teto do gasto público. Consequentemente, com a redução dos investimentos, a União restringe os repasses aos Estados, estes, em efeito cascata, restringem os investimentos nas áreas sociais. Dessa forma, o Estado minimiza sua atuação no âmbito das políticas públicas^[6].

O processo de redução do papel do Estado compromete, também, o patrimônio estatal, formado por fundações, autarquias e companhias. O Pacote de Medidas do Governo Sartori de modernização da estrutura do Estado prevê fusões de secretarias, extinção de fundações, modificação e extinção de autarquias, portanto “[...] contempla 57 órgãos da Administração Direta e Indireta” (www.novoestado.rs.gov.br). Por meio de Proposta de Emenda Constitucional (PEC), o Governo retira a necessidade de realizar plebiscito para venda de empresas estatais.

As medidas adotadas pelo atual governo do Rio Grande do Sul retomam o projeto adotado na década de 1990, no governo de Antônio Britto (1995-1999), com ênfase na privatização de empresas públicas como solução da dívida do Estado. O CPERS/Sindicato faz referência a esse momento da história do Rio Grande do Sul e aproxima as medidas do atual Governo com de Britto. Consta, no Jornal Sineta de abril de 2017, a seguinte informação:

O governo Sartori se aproxima cada vez mais da lógica adotada pelo governo Antônio Britto (PMDB), que fez das privatizações uma de suas principais marcas. Sartori quer precariza os serviços públicos, de forma proposital, para poder implantar as privatizações (SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL, 2017, p.03).

Essa breve retrospectiva histórica reitera a importância de se analisarem as políticas do Governo Sartori sob o prisma da ideologia neoliberal.

Isso implica, de antemão, situar a compreensão de "Ideologia" a partir da elaboração marxiana. No texto escrito por Marx e Engels, "*Feuerbach: oposição entre a concepção materialista e a idealista*" (p. 5-87), no livro "A ideologia Alemã" (1998), consta o processo de construção da ideologia, como ideias e representações dos homens a partir da produção da existência. Portanto,

São os homens que produzem suas representações, suas ideias, etc., mas os homens reais, atuantes, tais como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações que a elas correspondem, inclusive as mais amplas formas que estas podem tomar. A consciência nunca pode ser mais que o ser consciente; e o ser dos homens é o seu processo de vida real (MARX; ENGELS, 1998, p.19).

Com esse referencial, situam-se, então, os desdobramentos da ideologia no contexto atual, sob os preceitos do neoliberalismo. De forma sucinta, destaca-se que o neoliberalismo tem, como fundamento epistemológico, a renovação dos preceitos liberais dos economicistas clássicos Adam Smith e David Ricardo. Economistas da década de 1930 retomam os pressupostos teóricos desses clássicos e reelaboram novos referenciais. A partir de 1980, o neoliberalismo se consolida e, em 1990, é disseminado com forte atuação em países da América Latina, o que inclui o Brasil. O aparato do Estado neoliberal (Harvey, 2013) se organiza por meio de estratégias, como, a privatização, cortes dos gastos sociais, centralização de gastos sociais públicos em programas seletivos, focalizados (Laurell, 2002). Portanto, o neoliberalismo compreende a doutrina político-econômica do movimento de reestruturação da ordem sistêmica do capital, e o Estado, como parte constitutiva do capital, torna-se indispensável para o funcionamento permanente desse sistema (Mészáros, 2011).

Nesse sentido, reitera-se que a crise do Estado, apregoada pelo Governo Sartori, alicerça-se no conceito de ideologia, conforme elaboração marxiana, e o processo de construção do Pacote de Medidas legítima e se materializa sob os preceitos neoliberais. Por isso,

Para a teoria neoliberal, não é o capitalismo que está em crise, mas o Estado. A estratégia, portanto, é reformar o Estado e diminuir sua atuação para superar a crise. Para a corrente neoliberal, caberá ao mercado superar as falhas do Estado. Portanto, a lógica deste deve prevalecer inclusive em si mesmo, para que ele possa ser mais eficiente e produtivo. O diagnóstico é que o Estado entrou em crise porque gastou mais do que podia para se legitimar, pois tinha que atender às demandas da população por políticas sociais, o que provocou a crise fiscal. E, também, porque, ao regulamentar a economia, restringe a livre iniciativa (PERONI; OLIVEIRA; FERNANDES, 2009, p. 764).

O processo de redução do papel do Estado nas políticas sociais, em nome da eficiência e produtividade, conforme o plano de modernização da estrutura do Estado (www.novoestado.rs.gov.br), também se faz presente em medida adotada pelo Governo do Rio Grande do Sul, com o fechamento de turmas e escolas. Na publicação do mês de setembro (2017, p.03) do Jornal Sineta, em matéria intitulada "Ataques aos servidores e aos serviços públicos", o CPERS/Sindicato aponta que

A Secretaria Estadual de Educação – Seduc fechou mais de 2 mil turmas, além de diversas escolas, principalmente as do campo. Além disso, encerrou turmas de Educação de Jovens e Adultos – EJA, quer acabar com o Projeja, implantou turmas multisseriadas (alunos de várias fixas etárias e níveis escolares diferentes, com um único professor), fez mudança curricular excluindo disciplinas importantes, sucateia e precariza as escolas.

O "Novo Estado", o "Novo Futuro" projetado no plano de modernização da estrutura do Estado do Rio Grande do Sul se processa mediante a precarização dos serviços sociais de competência do Estado, com destaque na educação. As implicações do Pacote de Medidas até aqui expostas expressam o posicionamento do CPERS/Sindicato e se revelam no dia a dia da escola pública, em que trabalhadores da educação, professores (as) e funcionários (as) convivem com incertezas, tais como: se o salário será pago no final do mês, se será parcelado e em quantas vezes, se novamente será necessária outra greve para a retomada da agenda de pautas reivindicatórias negligenciadas ano a ano. Enfim, para esses trabalhadores, o "Novo Estado", o "Novo Futuro" mostra-se distante, pois suas bases repousam no velho, com o olhar voltado para trás.

Limites, desafios e possibilidades: considerações sobre o trabalho pedagógico de professores (as)

Pensar sobre o trabalho pedagógico de professores (as) da Rede Pública Estadual tem-se constituído um processo desafiante. A presença da incerteza, o cansaço expresso nos rostos e corpos, a indignação pronunciada coletivamente nas mobilizações, nas greves, nas reuniões pedagógicas, nos grupos em intervalos das aulas, a pressão das famílias diante de mais uma interrupção do ano letivo, todas essas e muitas outras situações fazem parte do contexto de trabalho de professores (as), funcionários (as) de escolas, da equipe diretiva (direção, vice, coordenação pedagógica, orientação educacional) e, também, de estudantes e comunidade escolar. Na publicação do Jornal Sineta, do mês de junho de 2017, consta,

Desde que assumiu, Sartori e seus aliados demonstram total descaso com professores e funcionários de escola. [...] A lista de exemplos deste cenário é cruel e extensa: escolas sucateadas, falta de verba para a merenda, número insuficiente de professores e funcionários de escola, salários atrasados e parcelados, não pagamento do Piso, já defasado em 69,44%, entre outros (SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL, 2017, p.02).

Assim, ao estudar os desafios à produção do trabalho pedagógico de professores (as), a partir das políticas de governo, faz-se necessário estabelecer a relação da educação com outros campos da vida social, conforme o pressuposto teórico de Ferreira (2017).

A educação é um campo bastante amplo e caracteriza-se por sua relação intrínseca com os demais campos da vida humana: o social e, por isso, o cultural, o econômico, o político. Como tal, apresenta-se suscetível a quaisquer movimento no social. Entendo por educação todo processo de relação entre pessoas, tanto no âmbito formal, no espaço, por exemplo, escolar, quanto no informal (FERREIRA, 2017, p.19).

Desse modo, entende-se que, no contexto da sociedade capitalista, a escola, como espaço institucionalizado da educação formal, por meio do trabalho pedagógico de professores (as), expressa e reitera os interesses da lógica do capital. Entendida como uma construção histórica, a instituição escolar é determinada socialmente, de acordo com o conflito de interesses que caracterizam a sociedade. Para Saviani (2008), a classe dominante não tem interesse na transformação histórica da escola, por isso mantém mecanismos de adaptação que evitem a transformação desta.

Para o cumprimento das prerrogativas do capital, o processo de produção do trabalho pedagógico de professores (as) assume relevância, haja vista que

O trabalho pedagógico, portanto, é uma prática social munida de forma e conteúdo, expressando, dentro das suas possibilidades objetivas, as determinações políticas e ideológicas dominantes em uma sociedade ou, ainda, busca a explicitação da superação destas determinações. A escola, compreendida como o espaço institucional da formação no sistema do capital, cumpre determinações da prática social na qual a organização do trabalho pedagógico procura dar conta dessa tarefa (FRIZZO; RIBAS; FERREIRA, 2013, p. 556).

Permeado por essas relações, no processo de produção do trabalho pedagógico de professores (as), grupos, principalmente representados por políticos, instituições religiosas, mediante jurisdição, tentam legitimar ideologias. A persuasão se processa pelo aparato legal, na adoção de mecanismos de interferência no âmbito do conhecimento sistematizado pela escola. A natureza e o objeto de trabalho de professores (as), segundo Ferreira (2017, p.36), é “[...] produzir aula e, nela, produzir conhecimento em conjunto com os estudantes”. Há interferência na relação de produção da aula, em que o peso da lei define o que e como professores (as) devem abordar ou negar questões relacionadas à vida em sociedade, como, política, questões de gênero e outros, também, implicam o processo de produção do trabalho pedagógico de professores (as). Nesse sentido, insere-se o Projeto de Lei nº 193, de autoria do Senador Magno Malta (PR/ES), que articulou a inclusão nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei 9.394/96) do “Programa Escola sem Partido[7]” (www25.senado.leg.br). No Rio Grande do Sul, este Programa se fez presente mediante encaminhamento do Projeto de Lei 190/2015 (PL 190) do deputado Marcel Van Halten (PP). Diante da repercussão e da pressão de diferentes frentes, desde adversários políticos, estudantes e de professores (as), via mobilização sindical, o conteúdo desse Projeto de Lei, foi retirado de plenária e arquivado em 06/10/2016 (www.al.rs.gov.br). Em matéria publicada no Jornal Sineta, em setembro de 2016, o CPERS/Sindicato pôs em evidência aspectos que incidem no processo de produção do trabalho pedagógico de professores (as). Para o Sindicato, o “Programa Escola Sem Partido”

[...] ignora o caráter plural e democrático da educação ao prever proibição para professores falarem sobre política em sala de aula. O texto menospreza o papel de formação cidadã e social dos alunos ao prever que professores não possam assumir posicionamento perante o conteúdo que lecionam. Especialistas consideram que o projeto afronta a Constituição Federal. No âmbito federal, tramita no Senado desde o PL 193/2016 com proposta semelhante, o qual prevê que se proíba o que alegam ser “doutrinação” política, ideológica e religiosa nas escolas. Ambos os projetos ignoram que estudantes são seres sociais e capazes de construir sua concepção educacional a partir dos elementos de ensino presentes em sua formação (SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 04).

Analisadas as intencionalidades presentes nesses Projetos de Lei e o posicionamento do CPERS/Sindicato, suscita-se a compreensão do quão desafiante se constitui o trabalho pedagógico de professores (as). Por meio das interferências externas, como, Projetos de Lei, Pacote de Medidas, o processo de produção do trabalho pedagógico de professores (as) limita-se à transmissão e reprodução dos conhecimentos, desconstituindo-o de sua especificidade e de sua natureza.

Por isso, no trabalho pedagógico cotidiano, os professores aprendem a trabalhar como professores. Nesse contexto, as produções são variadas, incluindo aprender a pensar a profissão, o que implica transcender ao dado, ao pronto, sem se ater à reprodução tão somente. Assim, os profissionais elaboram a aula, sua efetiva criação. A aula é esta síntese do trabalho pedagógico, interação que apresenta aspectos decisivos como o tom de voz, a seleção de palavras e linguagens, a lógica argumentativa, o olhar, entre outros. Principia e evolui em torno de saberes organizados, em discurso, amalgamando historicidade e subjetividades para produzir conhecimentos (FERREIRA, 2017, p. 30).

Todas essas especificidades pertencentes à natureza e ao objeto de trabalho de professores (as) evidenciam a complexidade dessa relação entre os sujeitos, o conhecimento e os consensos. Nesse processo de produção do trabalho pedagógico, a sala de aula assume importante papel, pois “É nesse ambiente que circulam discursos, consensos, discordâncias, gerando o movimento e as contradições próprias dos grupos humanos” (FERREIRA, 2009, p. 04). A partir dessa abordagem, reitera-se, que as políticas de governo visam à “[...] reprodução da estrutura de valores que contribui para perpetuar uma concepção de mundo baseada na sociedade mercantil” (MÉSZÁROS, 2008, p. 12).

Esse entendimento traz à luz a análise de Ricardo Antunes (2005), em referência à dualidade, à contradição presente no contexto do mundo do trabalho contemporâneo, que “[...] é central para a criação do valor, ora reiterando seu sentido de perenidade, ora estampando a sua enorme superfluidade, da qual são exemplos os precarizados, temporários [...]” (ANTUNES, 2005, p.17). No âmbito da educação, os estudos de Oliveira (2004) evidenciam a precarização do trabalho mediante a condição de contratos temporários, a ausência de reajustes salariais e outras, em decorrência das políticas de governo. A compreensão dessa abordagem parte da seguinte análise:

Podemos considerar que assim como o trabalho em geral, também o trabalho docente tem sofrido relativa precarização nos aspectos concernentes às relações de emprego. O aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino, chegando, em alguns estados, a número correspondente ao de trabalhadores efetivos, o arrocho salarial, o respeito a um piso salarial nacional, a inadequação ou mesmo ausência, em alguns casos, de planos de cargos e salários, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias oriundas dos processos de reforma do Aparelho de Estado têm tornado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precariedade do emprego no magistério público (OLIVEIRA, 2004, p. 1140).

Essas questões constam nas pautas reivindicatórias dos trabalhadores em educação, e as mobilizações e greves construídas via CPERS/Sindicato se orientam “Pela nossa dignidade, pelos nossos direitos, pela qualidade da educação pública dos filhos e filhas dos trabalhadores e trabalhadoras deste Estado” (Jornal Sineta, setembro, de 2017, p. 02). O processo de produção do trabalho pedagógico de professores (as) da Rede Pública Estadual tem, nas políticas de governo, obstáculos que dificultam e limitam a construção de uma perspectiva epistemológica de educação, esta compreendida como processo de relação entre pessoas, em contextos formais, na escola, e informais (Ferreira, 2017). Para tanto, faz-se necessário reiterar a importância de se pensar a partir da apreensão de trabalho pedagógico, como a especificidade do trabalho de professor (a), fundamentado no pedagógico.

Sendo pedagógico é essencialmente político, porque exige a participação cidadã nas condições históricas, sociais, políticas nas quais a educação, a escola, o conhecimento, os professores estão imersos, compreendendo-as, agindo em lutas em prol de transformações nas condições de trabalho (FERREIRA, 2017, p. 61).

Assim explicitado, distinguem-se dois tipos de trabalho pedagógico de professores (as): um produzido mediante reformas, projetos de lei e

medidas cujas orientações se fundamentam na ideologia neoliberal; outro cuja produção se fundamenta em sua essência política. Nesse sentido, constata-se e vivencia-se o fato de que professores (as) da escola pública da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, via mobilização do CPERS/Sindicato, empreendem movimentos de luta em prol de melhores condições salariais e de trabalho e em defesa da manutenção da escola como um bem público. Vem-se lutando com intensidade e à custa de sacrifícios, assim como têm sido as lutas para o conjunto dos (as) trabalhadores (as) brasileiros (as).

Considerações parciais

O ano de 2014 terminou, no Rio Grande do Sul, com a vitória de um projeto político – cujo slogan é “Todos pelo Rio Grande” – que se processa mediante a exclusão de direitos inscritos nos Planos de Carreira dos servidores públicos, no sucateamento da escola pública, no congelamento do salário, na incerteza de este ser pago em dia. Com o Pacote de Medidas, o Governo Sartori propõe a modernização da estrutura do Estado e, com essas decisões e outras, visa ao fim do déficit público, à estabilidade financeira do Estado, enfim, à solução da “crise” do Estado. Conforme a projeção do Governo, por meio do Pacote de Medidas, o Rio Grande do Sul construirá um “Novo Estado” e “Novo Futuro” (www.novoestado.rs.gov.br). Esta realidade está se consolidando, de fato, se considerado o que Karl Marx (1818-1883) afirmara sobre o Estado: comitê de gerenciamento dos negócios da burguesia (Marx, 1998).

As políticas do Governo Sartori, em destaque o Pacote de Medidas, alicerçam-se na modernização da estrutura do Estado e, de acordo com os fundamentos da eficiência e produtividade, faz-se necessária a implementação de reformas, como se processa em âmbito federal, por meio da Reforma do Ensino Médio, da alteração de artigos da Lei Trabalhista e, em tramitação, da Reforma da Previdência Social. Com essas decisões, os governos, federal e do Rio Grande do Sul, retomam a agenda neoliberal, que foram expressivas nas políticas de governo latino-americanos em 1990, por meio de privatizações de estatais e outras medidas. Em contrapartida, houve a redução dos investimentos públicos nas áreas sociais. Atualmente, com as Propostas de Emenda Constitucional (PECs), gradualmente os direitos sociais inscritos nos textos constitucionais (Constituição Federal e Estadual) estão se esvaindo e o patrimônio público está indo na direção das privatizações.

No decorrer desta análise, foram apontadas, por meio das publicações do Jornal Sineta do CPERS/Sindicato, várias implicações das políticas do Governo Sartori no contexto da educação do Rio Grande do Sul. Entende-se que essas medidas apresentam questões pertinentes para se pensar nos desafios e limites à produção do trabalho pedagógico de professores (as) da educação básica da Rede Estadual. As dificuldades vivenciadas pelos (as) trabalhadores (as) em educação – em destaque, professores (as) desse sistema de ensino – revelam que o Pacote de Medidas do Governo tem intensificado o processo de precarização do trabalho e a contínua desvalorização da escola pública pelo sucateamento da sua estrutura física e material. Desse modo, a produção do trabalho pedagógico de professores (as) se processa em meio a inúmeros desafios, conforme se apontou nesta análise.

Em meio a tantas incertezas, o ano de 2018 será de eleições, e, no cenário político, novas promessas estarão presentes: de um novo futuro, de um novo Estado, de um novo Brasil, todas essas no plano da ideologia do capitalismo. Fora desta, entende-se a relevância do movimento sindical, com sua forma coletiva de luta, no enfrentamento para impedir as referidas políticas neoliberais de Governo.

Referências

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

BRASIL. Lei 11.738/2008, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a Alínea “E” do Inciso III do Caput do Art. 60 do Ato das disposições transitórias, para instituir o **Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica**. Congresso Nacional: Brasília, DF, 16 de julho de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2011.738-2008?OpenDocument. Acesso em: 15 de abr. de 2018.

_____. Projeto de Lei 193 – PL 193. **Programa Escola Sem Partido**. Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Programa Escola sem Partido. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666>. Acesso em: 25 abr. 2018.

_____. **PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL –PEC 241**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal. Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jun. 2016. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>. Acesso em: 10 abr.2018.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

FERREIRA, L. S. **As professoras e os professores como autores de sua professoralidade**: a gestão do pedagógico em aula. In: Revista de política e Administração da Educação. Porto Alegre: ANPAE, v.13, n.1, p.04-16, set. dez. 2009.

FERREIRA, L.S. **Trabalho pedagógico na escola**: sujeitos, tempo e conhecimentos. Curitiba: CRV, 2017.

FRIZZO, G. F. E.; RIBAS, J. F. M.; FERREIRA, L. **SA relação trabalho – educação na organização do trabalho pedagógico da escola capitalista**. Revista Educação. Santa Maria: UFSM. V.38. n 3. p. 553-564. set./dez. 2013. Disponível em: <http://dx.doc.org/10.5902/198464448987>. Acesso em: 10 dez. 2017.

HARVEY, D. **Para entender o capital**. Introdução. São Paulo: Boitempo, 2013.

HÖFLING, E. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. CEDES. v. 21, n.55, p. 30-41. Campinas, Nov. 2001.

LAURELL, A. C. **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, K. ; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, K. **Manifesto do Partido Comunista 1848**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2006.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NEVES, L. M. W. **Brasil ano 2000: Uma nova divisão de trabalho na educação**. Rio de Janeiro: Papeis e Cópias de Botafogo, 1997.

OLIVEIRA, D.A. **A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização**. Educação e Sociedade. Campinas, vol. 25, nº 89, p.1124-1144, set./dez.2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 10 abr. 2018.

PERONI, V. M. V. OLIVEIRA, R. T. C. FERNANDES, M. D. E. **Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação brasileira**. Educação e Sociedade. Campinas, vol. 30, n.108, p.761-778, out. 2009.

RIO GRANDE DO SUL. **Um novo Estado. Um novo futuro**. Medidas para enfrentar a calamidade financeira do RS. Andamento-
_21_11_secretarias alteradas. Disponível em:

<http://www.novoestado.rs.gov.br/upload/arquivos/201611/21192211-um-novo-estado-doc-final.pdf>. Acesso em: 10 abr.2018.

_____. **Programa Escola Sem Partido**. Institui, no âmbito do sistema estadual de ensino, o “Programa Escola sem Partido”. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legislativo/ExibeProposicao.aspx?SiglaTipo=PL&NroProposicao=190&AnoProposicao=2015&Origem=Dx>. Acesso em: 25 abr. 2018.

SALVADOR, E. (coord.). **Privatização e mercantilização da educação básica no Brasil**. Brasília, DF: Universidade de Brasília (UNB): Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNET), 2017. Também disponível em:

http://www.cnte.org.br/images/stories/publicacoes/privatizacao_mercantilizacao_educacao_basica_brasil.pdf. Acesso em: 15 abr. 2017.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 42. ed. São Paulo: Autores Associados, 2008. (Coleção: Polêmicas do Nosso Tempo).

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO – CPERS/Sindicato. É hora de aumentar a pressão contra o governo. **Jornal Sineta**, Porto Alegre, jun.de 2016.

_____. Tramita na Assembleia Legislativa. **Jornal Sineta**, Porto Alegre, set. de 2016.

_____. Para Sartori, educação não é prioridade. **Jornal Sineta**, Porto Alegre, abr. de 2017.

_____. Sartori segue a cartilha do governo Britto. **Jornal Sineta**, Porto Alegre, abril de 2017.

_____. Juntos pelos nossos direitos. **Jornal Sineta**, Porto Alegre, set. de 2017.

_____. Ataques aos servidores e aos serviços públicos. **Jornal Sineta**. Porto Alegre, set. de 2017.

[1] Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores em Educação. Também disponível no endereço eletrônico: www.cpers.org.br, no link, cpers.com.br/category/sineta/.

[2] Em 2016 o Governador do Estado encaminhou à Assembleia Legislativa um conjunto de alterações às legislações em vigor, dentre aquelas que suprimem direitos inscritos no Plano de Carreira, o que se convencionou chamar de "Pacote de Medidas". (www.novoestado.rs.gov.br).

[3] A Lei foi sancionada em 16 de julho de 2008, que instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. De acordo com o Artigo 1º "Esta Lei regulamenta o piso salarial profissional para os profissionais do magistério público da educação básica" [...]. (www.planalto.gov.br).

[4] O Censo Escolar é o mais amplo levantamento sobre a educação básica no País, sendo indicador obrigatório para formulação de ações, programas e políticas educacionais e referência internacional pela qualidade de suas informações. Por suas características é o mais importante levantamento estatístico educacional brasileiro sobre as diferentes modalidades de ensino da Educação Básica e da Educação Profissional, sendo que as informações coletadas são agrupadas em quatro grandes dimensões: escolas, alunos, docentes e turmas (SALVADOR, 2017, p. 15).

[5] Emenda Constitucional que congela as despesas do Governo Federal, no decorrer de até 20 anos. (www12.senado.leg.br).

[6] Eloisa de Mattos Hoffling (2001) conceitua políticas públicas e estabelece relação com as políticas de governo, conforme consta no texto "Estado e políticas (públicas sociais)". Para essa autora, "Políticas públicas são aqui entendidas como o Estado em ação [...]. [...] é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade. Nestes termos, entendo educação como uma política pública social, uma política pública de corte social, de responsabilidade do Estado – mas não pensada somente por seus organismos". (HOFLING, 2001, p.31).

[7] "Sites e grupos organizados promovem a Escola Sem Partido nas redes sociais, ao mesmo tempo, que sofrem larga oposição. O principal deles, do Movimento Escola Sem Partido, criado pelo advogado Miguel Nagib em 2004, disponibiliza um modelo de projeto de lei a ser apresentado por vereadores e deputados do Brasil às suas respectivas câmaras ou assembleias. O primeiro estado a aprovar uma lei de Escola Sem Partido foi Alagoas, em abril de 2016. O governador vetou, os deputados derrubaram o veto e o texto entrou em vigor mesmo assim. Até que em março de 2017 o Supremo Tribunal Federal emitiu uma liminar suspendendo a lei local. Cidades como Campo Grande (MS) e Picuí (PB) também aprovaram o Escola Sem Partido. [...] (www.nexojornal.com.br).